

1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

A Marcopolo tem suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob as siglas "POMO3" e "POMO4" e está listada no segmento de governança corporativa nível 2.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2019.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo conforme Nota 2.6.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) – Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) – Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture* – *Joint operation*);
- Nota explicativa 8 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 17 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 19 – Impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos, têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(v) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(vi) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(vii) Correção monetária por hiperinflação – IAS 29 (CPC 42)

Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação da IAS 29 (CPC 42) – Contabilidade em economia hiperinflacionária – passou a ser requerida no exercício de 2018. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada em conjunto Loma, sediada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária foram registrados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 24.308 e na demonstração do resultado consolidado no montante de (R\$ 4.947) na rubrica de equivalência patrimonial.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

	Denominação	Moeda funcional	País
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Pologren Austrália Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Middle East and Africa FZE	MP Middle East	Dirham	Emirados Árabes
Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd.	MBC	Renminbi	China
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Neobus Chile SPA.	Neobus Chile	Peso Chileno	Chile

NewRoad México S.A. de C.V.	NewRoad	Peso Mexicano	México
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	País
Kamaz Marco LLC.	Kamaz	Rublo	Rússia
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Novo Sol	Peru
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
Valeo Climatização do Brasil – Veículos Comerciais S.A.	Valeo	Reais	Brasil
Valeo Thermal Commercial Vehicles México, SA CV	Valeo México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colômbia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

2.5 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo; e
- um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no

patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL” – *Fair Value Through Profit or Loss*), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI” – *Fair Value through Other Comprehensive Income*) e ao custo amortizado.

2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.6.3 Passivos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.6.5 Redução ao valor recuperável *impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram aumento significativo no risco de crédito inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto

em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(c) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	7-8
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.16 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.17 Provisão para garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.19 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos.

Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.20 Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

2.22 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

A seguinte nova norma será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foi adotada na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 16 - Leases (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1), e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia estima um impacto não superior a 0,4% do total do ativo consolidado.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018:

Novas normas, alterações e interpretações passaram a ter vigência a partir de janeiro de 2018. Abaixo estão descritos os impactos da adoção destas novas normas.

IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 que teve como impacto as seguintes alterações:

- (i) classificação e mensuração de ativos financeiros: inclusão de informações adicionais nas notas explicativas quanto ao enquadramento das anteriores seis categorias de ativos financeiros, para as atuais três categorias indicadas pela norma: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de resultado abrangente.
- (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: alteração do modelo de avaliação para perda esperada em três estágios: *estágio 1*) A Companhia aplicou abordagem simplificada considerando as perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros, exceto para o segmento financeiro que considera todos os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses; *estágio 2*) Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro; e *estágio 3*) Perda de crédito efetiva considerando o modelo já aplicado pela Companhia.

Na aplicação deste modelo de avaliação, a Companhia considerou seu procedimento atual de avaliação baseado no histórico de perda, suas políticas de análise de crédito e a característica do risco de crédito das suas operações. A alteração no modelo não resultou em impacto relevante em suas informações financeiras.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018. O CPC 47/IFRS 15 define que quando uma obrigação de desempenho for satisfeita a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transação que é alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia considera como obrigação

de desempenho distinta em seus contratos com clientes a garantia estendida. Não houve impacto relevante nas informações financeiras no período, uma vez que a receita é reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Consolidado			
	2018			
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dirhams	167	295	-	-
Dólares americanos	390.502	15.941	664.560	151.411
Dólares australianos	55.489	40.892	136.860	1.165
Pesos chilenos	-	983	49	-
Randes sul-africanos	39.689	2.924	3.363	9.627
Renminbis chineses	6.736	10.123	32.736	-
	492.583	71.158	837.568	162.203

	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	339.614	41.172	332.336	334.117
Dólares australianos	33.936	32.372	90.527	26.146
Pesos chilenos	-	-	3.993	-
Randens sul-africanos	14.143	3.528	808	808
Renminbis chineses	8.706	10.423	20.262	-
	<u>396.399</u>	<u>87.495</u>	<u>447.926</u>	<u>361.071</u>

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 34,5% das receitas previstas para 2019, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 23% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 53.939 (controladora) e R\$ 151.705 (consolidado) em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 39.470 e R\$ 120.180 em 31 de dezembro de 2017) representativos de 8,9% e 9,4%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (9,5% e 8,8% em 31 de dezembro de 2017), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Consolidado				
2018				
Fluxo de caixa contratual				
Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	1.934.160	2.175.322	833.990	1.174.668
Fornecedores	418.247	418.247	418.247	-
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos financeiros derivativos	48	48	48	-
Consolidado				
2017				
Fluxo de caixa contratual				
Valor contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	1.940.666	2.175.244	894.605	1.082.033
Fornecedores	366.399	366.399	366.399	-
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	2.811	2.811	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		6,50	8,13	9,75
TJLP - %		7,03	8,79	10,55
Taxa cambial - US\$		3,80	4,75	5,70
Taxa cambial - Euro		4,47	5,59	6,71
LIBOR - %		2,85	3,57	4,28
Custo do ACC deságio - %		4,50	5,63	6,75
	Aplicações financeiras	42.318	51.833	62.229
	Relações interfinanceiras	76.262	96.159	106.666
	Empréstimos e financiamentos	(112.081)	(271.307)	(431.111)
	Forwards	1.064	7.060	22.623
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(9.377)	110.674	230.725
	Ganho/(Perda)	(1.905)	(5.694)	(9.004)

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*), Dívida líquida/EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados (Nota 31):

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos	1.934.160	1.940.666	1.488.852	1.442.663	445.308	498.003
Instrumentos financeiros derivativos	48	2.811	48	2.811	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(863.467)	(958.759)	(833.839)	(946.698)	(29.628)	(12.061)
Menos: aplicações financeiras	(89.928)	(187.373)	(89.928)	(187.373)	-	-
Menos: instrumentos financeiros derivativos	(1.453)	(445)	(1.453)	(445)	-	-
Dívida líquida (A)	979.360	796.900	563.680	310.958	415.680	485.942
Total do patrimônio líquido (B)	2.134.631	1.928.612	1.908.816	1.694.943	225.815	233.669
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	46	41	30	18	184	208

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

		Consolidado	
		2018	2017
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
- Derivativos para negociação		1.453	445
- Partes relacionadas		13.260	14.118
- Certificados de depósitos bancários		89.928	187.373
		<u>104.641</u>	<u>201.936</u>
Passivos			
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado			
- Derivativos para negociação		4.417	2.811
		<u>4.417</u>	<u>2.811</u>

4.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

- (i) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do ativo	Consolidado			
	2018		2017	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	1.934.160	1.877.767	1.940.666	1.927.858

(ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

Os quadros abaixo demonstram a classificação dos instrumentos financeiros conforme a IFRS 9:

	Controladora					
	2018			2017		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	653.573	653.573	-	739.529	739.529
Aplicações financeiras	89.928	-	89.928	201.905	-	201.905
Contas a receber de clientes	-	553.646	553.646	-	376.965	376.965
Instrumentos derivativos ativos	417	-	417	229	-	229
Passivos						
Empréstimos	-	1.009.129	1.009.129	-	1.014.358	1.014.358
Instrumentos derivativos passivos	-	-	-	986	-	986

	Consolidado					
	2018			2017		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total	Ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	863.467	863.467	-	958.759	958.759
Aplicações financeiras	89.928	-	89.928	201.491	-	201.491
Contas a receber de clientes	-	1.101.973	1.101.973	-	1.250.083	1.250.083
Instrumentos derivativos ativos	1.453	-	1.453	445	-	445
Passivos						
Empréstimos	-	1.934.160	1.934.160	-	1.940.666	1.940.666
Instrumentos derivativos passivos	48	-	48	2.811	-	2.811

(e) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	2018	2018	2017	2018	2017
Marcopolo					USD mil				
	BRADESCO	Venda	27.12.18	18.01.19	3.700	49	45	49	45
	SANTANDER	Venda	26.12.18	18.01.19	3.800	198	132	198	132
	SAFRA	Venda	26.12.18	18.01.19	3.800	170	52	170	52
						417	229	417	229

<u>Masa</u>	STD	Compra	27.09.18	04.02.19	<u>USD mil</u> 4.993	<u>183</u>	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>-</u>
						<u>183</u>	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>-</u>
<u>MP Austrália</u>	WESTERN UNION	Compra	08.11.18	10.12.19	<u>USD mil</u> 4.993	612	69	613	69
	CITIBANK	Compra			<u>CNY mil</u>	-	95	-	95
	CITIBANK	Compra	08.11.18	07.11.19	<u>CHF mil</u> 1.219	121	-	121	-
	CITIBANK	Compra	09.11.18	10.10.19	<u>SGD mil</u> 1.320	<u>119</u>	<u>24</u>	<u>119</u>	<u>24</u>
						<u>852</u>	<u>188</u>	<u>852</u>	<u>188</u>
<u>San Marino</u>	SANTANDER	Venda			<u>USD mil</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
						<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda			<u>USD mil</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
						<u>-</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
						<u>1.453</u>	<u>445</u>	<u>1.453</u>	<u>445</u>

Passivos

<u>Empresa</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Posição</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valores a pagar</u>	
					<u>2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BRADESCO	Venda				-	(199)	-	(199)
	SANTANDER	Venda				-	(579)	-	(579)
	FIBRA	Venda				-	(203)	-	(203)
	SAFRA	Venda				<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
						<u>-</u>	<u>(986)</u>	<u>-</u>	<u>(986)</u>
<u>Ciferal</u>	BRADESCO	Venda			<u>USD mil</u>	<u>-</u>	<u>(553)</u>	<u>-</u>	<u>(553)</u>
						<u>-</u>	<u>(553)</u>	<u>-</u>	<u>(553)</u>
<u>San Marino</u>	SANTANDER	Venda			<u>USD mil</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>
						<u>-</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>
<u>MP Austrália</u>	WESTERN UNION	Compra			<u>USD mil</u>	-	(34)	-	(34)
	CITIBANK	Compra			<u>SGD mil</u>	-	(1)	-	(1)
	CITIBANK	Compra			<u>CHF mil</u>	-	(85)	-	(85)
	CITIBANK	Compra	16.10.18	17.01.19	<u>CNY mil</u> 724	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>
						<u>(6)</u>	<u>(120)</u>	<u>(6)</u>	<u>(120)</u>
<u>Masa</u>	STD	Compra	19.12.18	28.12.19	<u>USD mil</u> 1.237	<u>(42)</u>	<u>(864)</u>	<u>(42)</u>	<u>(864)</u>
	ABSA	Compra				<u>-</u>	<u>(178)</u>	<u>-</u>	<u>(178)</u>
						<u>(42)</u>	<u>(1.042)</u>	<u>(42)</u>	<u>(1.042)</u>
						<u>(48)</u>	<u>(2.811)</u>	<u>(48)</u>	<u>(2.811)</u>

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros sobre derivativos		Variação Cambial sobre derivativos	
	2018	2017	2018	2017
Marcopolo	4.149	13.117	(17.032)	603
Ciferal	742	-	(5.263)	(810)
Volare Veículos	-	-	-	10
San Marino	808	(49)	(7.495)	(4.202)
Polomex	-	-	-	5.547
Masa	-	-	(2.651)	-

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

	Percentual de participação					
	2018			2017		
	Direta	Indireta	Não controladores	Direta	Indireta	Não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
MP Middle East	100,00	-	-	-	-	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MBC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-
Pologren (1)	-	100,00	-	-	100,00	-
Volgren (1)	-	100,00	-	-	100,00	-
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
San Marino	99,90	0,10	-	100,00	-	-
Rotas do Sul (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
San Marino México (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
NewRoad (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
Neobus Chile (2)	-	100,00	-	-	100,00	-
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Peru	-	-	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

(2) Consolida na San Marino.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas

quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;

- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidados)

	Percentual de participação			
	2018		2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Kamaz	50,00	-	50,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	1,00	49,00	1,00	49,00
Metalsur (1)	-	25,50	-	25,50
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39
TMML	49,00	-	49,00	-

(1) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) Loma;

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Kamaz	634	1.249	1.798	1.709	236	73	(730)	(732)
Loma	168.387	256.199	111.397	193.291	356.193	471.143	(29.396)	16.800
Superpolo	286.801	228.628	188.883	140.986	249.437	172.209	17.933	18.016
TMML	219.539	197.134	150.406	143.614	371.613	268.086	11.353	8.729

(c) Coligadas (não consolidadas)

	Percentual de participação			
	2018		2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GB Polo	20,00	-	20,00	-
Mercobus	40,00	-	40,00	-
New Flyer	-	10,57	-	10,47
Valeo	40,00	-	40,00	-
Setbus (1)	-	40,00	25,10	21,96
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Valeo México (1)	-	40,00	-	40,00
WSul	30,00	-	30,00	-

(1) Consolida na coligada (não consolidada) Valeo.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
GBPolo	65.044	20.044	86.084	28.576	43.413	28.793	3.370	(4.529)
Mercobus	4.039	3.914	974	621	8.032	8.447	2.308	2.485
Setbus	-	13.605	-	26.454	17.153	17.150	1.125	781
Valeo	158.705	125.776	75.670	48.651	221.935	166.813	38.708	25.648
WSul	17.892	11.170	4.569	1.253	41.246	24.661	5.407	3.293

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Marcopolo Middle East and Africa FZE. – Controlada integral, localizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos. A Marcopolo Middle East tem por objeto o desenvolvimento de relações comerciais com o Oriente Médio. O nome da entidade foi alterado de Brasa Middle East FZE para Marcopolo Middle East and Africa FZE em outubro de 2018.

Moneo Investimentos S.A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por serem instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S.A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Indústria de Ônibus Ltda. – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

San Marino Ônibus Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S.A. de C.V. – Controlada integral, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.
- NewRoad México S.A. de C.V. – Controlada integral, localizada no México, tem por objeto acoplamento de carrocerias e comercialização de peças.
- Neobus Chile SPA. – Controlada integral, localizada no Chile, tem por objeto a comercialização de produtos e peças.

Ilmot International Corporation. – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S.A. de C.V. – localizada em Monterrey, Nuevo León, México, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Superpolo S.A.S. – localizada na Colômbia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Auto Components Co. – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd. – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Austrália Holdings Pty Ltd. – Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Austrália Pty Limited. – localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 100% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo (Changzhou) Bus Manufacturing Co;Ltd. – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto o desenvolvimento e fabricação de carrocerias e componentes para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte coligada:

- New Flyer Industries Inc. – localizada no Canadá, com participação de 10,57% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo International Corp. – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. – Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S.A. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Superpolo S.A.S. – localizada na Colômbia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Syncroparts Com. e Distr. de Peças Ltda. – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

Volare Veículos Ltda. – Controlada integral, localizada em São Mateus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda. – Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

GB Polo Bus Manufacturing S.A.E. – Coligada, com participação de 20% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Kamaz Marco LLC. – Coligada, com participação de 50% localizada em Moscow, Federação da Rússia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S.A. – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S.A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Tata Marcopolo Motors Limited. – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S.A.C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

Valeo Climatização do Brasil – Veículos Comerciais S.A. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Valeo tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Valeo Thermal Commercial Vehicles México S.A. de C.V. – Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colômbia Ltda. – Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda. – Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano, moldados e seus derivados.

7 Caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	61.974	26.138	81.996	49.157
No exterior	142	190	45.220	99.805
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	591.457	713.201	697.836	809.797
No exterior	-	-	38.415	-
Total do caixa e equivalente de caixa	653.573	739.529	863.467	958.759

(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100,4% do CDI, resultando uma média ponderada de aproximadamente 100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos				
Derivativos – mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	417	229	1.453	445
Ao valor justo por meio do resultado				
Certificados de depósitos bancários (*)	89.928	187.289	89.928	187.373
	90.345	187.518	91.381	187.818
Não circulante				
Ao valor justo por meio do resultado				
Partes relacionadas	14.054	14.616	13.260	14.118
	14.054	14.616	13.260	14.118

(*) Corresponde, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 100% do CDI, em 31 de dezembro de 2018.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
No mercado nacional	203.161	151.266	414.343	253.066
No mercado externo	260.359	227.575	555.669	390.600
Partes relacionadas	147.046	39.611	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	243.394	267.862
Ajuste a valor presente	(2.981)	(2.017)	(4.507)	(2.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.939)	(39.470)	(106.926)	(87.491)
	<u>553.646</u>	<u>376.965</u>	<u>1.101.973</u>	<u>821.310</u>
Não circulante				
No mercado externo	-	-	16.645	15.673
Relações interfinanceiras	-	-	388.996	445.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(44.779)	(32.689)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>360.862</u>	<u>428.773</u>
	<u>553.646</u>	<u>376.965</u>	<u>1.462.835</u>	<u>1.250.083</u>

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer	439.237	310.603	1.302.102	1.155.439
Vencidos:				
Até 30 dias	66.942	30.214	102.710	53.185
Entre 31 e 60 dias	32.634	5.663	50.814	14.304
Entre 61 e 90 dias	11.893	2.348	27.123	15.350
Entre 91 e 180 dias	5.325	5.639	20.132	27.662
Acima de 181 dias	54.535	63.985	116.166	107.050
Ajuste a valor presente	(2.981)	(2.017)	(4.507)	(2.727)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.939)	(39.470)	(151.705)	(120.180)
	<u>553.646</u>	<u>376.965</u>	<u>1.462.835</u>	<u>1.250.083</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(29.430)	(87.893)
Provisão registrada no exercício	(10.040)	(38.135)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	-	(140)
Variação cambial	-	5.988
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(39.470)	(120.180)
Provisão registrada no exercício	(14.469)	(57.337)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	-	18.999
Baixas da provisão por perdas	-	8.489
Variação cambial	-	(1.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(53.939)	(151.705)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reais	293.287	149.390	970.252	853.684
Dirham	-	-	167	-
Dólar Americano	260.359	227.575	390.502	339.614
Dólar Australiano	-	-	55.489	33.936
Rande	-	-	39.689	14.143
Renminbi	-	-	6.736	8.706
	<u>553.646</u>	<u>376.965</u>	<u>1.462.835</u>	<u>1.250.083</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	36.912	73.467	147.821	114.125
Produtos em elaboração	72.822	43.802	148.387	114.639
Matérias-primas e auxiliares	171.626	118.856	365.550	282.213
Adiantamentos a fornecedores e outros	14.576	4.990	33.701	18.421
Provisão para perdas nos estoques	(4.866)	(2.248)	(8.638)	(8.034)
	<u>291.070</u>	<u>238.867</u>	<u>686.821</u>	<u>521.364</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(3.313)	(6.976)
Reversão de provisão	4.171	7.578
Provisão registrada no exercício	(3.106)	(8.409)
Variação cambial	-	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.248)	(8.034)
Reversão de provisão	492	7.579
Provisão registrada no exercício	(3.110)	(6.998)
Variação cambial	-	(1.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.866)	(8.638)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	15.480	44.717	29.091	62.535
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	1.753	1.753	3.671	3.558
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.143	14.528	3.440	14.993
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	31.604	30.983	59.306	51.403
Programa de Integração Social (PIS)	1.631	1.265	11.020	9.353
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7.360	5.185	54.946	42.135
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	59	362	683	986
Reintegra	19.560	14.804	23.693	17.107
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	20.109	26.190
Outros	109	-	26	14
	<u>79.699</u>	<u>113.597</u>	<u>205.985</u>	<u>228.274</u>
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.003	735	2.009	1.661
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	10	8
	<u>2.003</u>	<u>735</u>	<u>2.019</u>	<u>1.669</u>
	<u>81.702</u>	<u>114.332</u>	<u>208.004</u>	<u>229.943</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Controladas	1.537.678	1.298.290	-	-
Controladas em conjunto	113.002	106.500	111.330	101.807
Coligadas	38.437	35.142	371.382	275.045
Outros investimentos	-	-	115	151
	<u>1.689.117</u>	<u>1.439.932</u>	<u>482.827</u>	<u>377.003</u>

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

																			Total	
	Apolo	MP Middle East	Ciferal	Ilmot	Mac	MBC	MP Austrália	Masa	MIC	Moneo	MP Canadá	Polomex	San Marino	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	Volare Peru	2018	2017
		(1), (3)		(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(2)					(1), (4)		
Dados dos Investimentos																				
Capital social	3.850	1.055	20.000	59.663	15.632	2.110	61.542	8.383	5.424	100.000	183.323	34.147	236.514	4.000	3.000	196.436	11.000	-		
Patrimônio líquido ajustado	5.225	(759)	175.822	103.063	943	(1.791)	58.351	64.018	1.600	226.767	413.650	104.543	298.060	5.473	8.689	170.274	4.280	-		
Ações ou quotas possuídas	3.250.000	1	124.994	50.000	1	1	100	100.000	1.400.000	150.000	4.925.530	3.011.659	233.424.000	3.999.960	3.450.103	149.850.000	10.989.000	-		
% de participação Lucro (prejuízo) líquido do período	65,00	100,00	99,99	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	3,61	99,90	99,99	99,99	99,90	99,90	-		
	1.375	(760)	24.752	15.297	6.414	(3.822)	(3.362)	4.892	34	(8.516)	74.111	14.377	14.987	111	2.242	(23.324)	(262)	-		
Movimentação dos investimentos																				
Saldos iniciais:																				
Pelo valor patrimonial	2.502	-	151.063	102.532	-	1.890	58.344	59.067	1.339	234.607	290.186	3.956	228.434	5.361	6.979	147.015	4.538	477	1.298.290	1.108.839
Reclassificação de provisão para perda de investimento	-	-	-	-	(4.874)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.874)	-
Adiantamento para aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.343	-	-	46.390	-	-	100.733	188.632
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.584
Dividendos recebidos/revertidos	-	-	-	(29.049)	-	-	-	-	-	676	-	(1.392)	-	-	(533)	-	-	-	(30.298)	(39.808)
Resultado de equivalência patrimonial	894	(760)	24.751	15.297	6.414	(3.822)	(3.362)	4.892	34	(8.516)	74.111	519	14.972	111	2.242	(23.301)	(262)	(423)	103.791	36.390
Ajustes acumulados de conversão	-	1	-	14.283	(597)	141	3.369	59	227	-	49.353	691	243	-	-	-	-	113	67.883	13.126
Resultado abrangente de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.036)
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(167)	(167)	(14.311)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	-	-	-	(81)	-
Amortização de mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149)	-	-	-	-	-	(149)	-
Saldos finais:	3.396	(759)	175.814	103.063	943	(1.791)	58.351	64.018	1.600	226.767	413.650	3.774	297.762	5.472	8.688	170.104	4.276	-	1.535.128	1.293.416
Provisão para perda de investimento	-	759	-	-	-	1.791	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.550	4.874
Pelo valor patrimonial	3.396	-	175.814	103.063	943	-	58.351	64.018	1.600	226.767	413.650	3.774	297.762	5.472	8.688	170.104	4.276	-	1.537.678	1.298.290
		(1)	Empreendimentos no exterior.																	
		(2)	Estes saldos contemplam investimentos e ágio.																	
		(3)	Em maio de 2018, foi transferido para a Marcopolo o escritório comercial da Marcopolo Middle East and Africa FZE.																	
		(4)	Em agosto de 2018, a companhia efetuou a baixa da Volare Peru, em razão disto o capital social retornou à controladora.																	

Empreendimentos controlados em conjunto:

	Empreendimentos controlados em conjunto						
						Total	
	Kamaz	Loma	Metalpar	Superpolo	TMML	2018	2017
	(1)	(1),(2)	(1)	(1)	(1)		
Dados dos investimentos							
Capital social	8.562	80.396	5.080	15.408	94.398		
Patrimônio líquido ajustado	(1.164)	56.990	(6.700)	97.918	69.133		
Ações ou quotas possuídas	1	15.949.948	473.995	265.763	24.500		
% de participação	50,00	50,00	1,00	20,61	49,00		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(730)	(29.396)	(27.800)	17.933	11.353		
Movimentação dos investimentos							
Saldos iniciais:							
Pelo valor patrimonial	-	61.905	307	18.063	26.225	106.500	88.874
Reclassificação de provisão para perda de investimento	(230)	-	-	-	-	(230)	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	10.369
Dividendos recebidos	-	-	-	(2.878)	-	(2.878)	(8.061)
Resultado de equivalência patrimonial	(365)	(14.698)	(278)	3.696	5.563	(6.082)	12.478
Ajustes acumulados de conversão	13	(12.569)	(96)	1.300	2.087	(9.265)	(1.571)
Correção monetária por inflação	-	24.308	-	-	-	24.308	-
Transferência de controlada em conjunto para coligada/controlada	-	-	-	-	-	-	4.181
Saldos finais:	(582)	58.946	(67)	20.181	33.875	112.353	106.270
Provisão para perda de investimento	582	-	67	-	-	649	230
Pelo valor patrimonial	-	58.946	-	20.181	33.875	113.002	106.500
Ágio sobre investimento	-	(30.451)	-	-	-	(30.451)	(30.451)
Participação indireta - Superpolo	-	-	-	28.779	-	28.779	25.758
Pelo valor patrimonial consolidado	-	28.495	-	48.960	33.875	111.330	101.807
(1) Empreendimentos no exterior.							
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.							

Coligadas:

	Coligadas						Total	
	GBPolo	Mercobus	Valeo	Setbus	WSul	New Flyer	2018	2017
	(1)	(1)		(2)		(1)		
Dados dos investimentos								
Capital social	21.231	666	30.000	-	6.100	2.557.367		
Patrimônio líquido ajustado	(21.040)	3.065	83.035	-	13.323	3.149.905		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	232	244.898	-	1.830.000	6.587.834		
% de participação	20,00	40,00	40,00	-	30,00	10,57		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.370	2.308	38.708	-	5.407	704.647		
Movimentação dos investimentos								
Saldos iniciais:								
Pelo valor patrimonial	-	1.317	30.850	-	2.975	-	35.142	22.216
Reclassificação de provisão para perda de investimento	(4.181)	-	-	(3.225)	-	-	(7.406)	-
Dividendos recebidos	-	(1.237)	(12.136)	-	(600)	-	(13.973)	(2.882)
Resultado de equivalência patrimonial	674	923	15.483	3.225	1.622	-	21.927	12.437
Ajustes acumulados de conversão	(701)	223	647	-	-	-	169	146
Resultado abrangente	-	-	(1.630)	-	-	-	(1.630)	-
Transferência de controlada em conjunto para coligada/controlada	-	-	-	-	-	-	-	(4.181)
Saldos finais:	(4.208)	1.226	33.214	-	3.997	-	34.229	27.736
Provisão para perda de investimento	4.208	-	-	-	-	-	4.208	7.406
Pelo valor patrimonial	-	1.226	33.214	-	3.997	-	38.437	35.142
Participação indireta - New Flyer	-	-	-	-	-	332.945	332.945	239.903
Pelo valor patrimonial	-	1.226	33.214	-	3.997	332.945	371.382	275.045
(1) Empreendimento no exterior.								
(2) Em agosto de 2018, a companhia alienou o investimento na Setbus.								

12 Propriedade para investimento

É constituída de um terreno de 140.000m² e área construída de 20.378,87m², localizada em Três Rios, no Rio de Janeiro. A propriedade está mensurada pelo seu valor contábil de R\$ 49.808 e foi avaliada ao seu valor justo, por um avaliador especializado, em R\$ 65.348, líquido de despesas de comercialização. Não existem atividades operacionais sendo exercidas no local, que é mantido para auferir receitas de aluguel ou para a valorização do imóvel. No decorrer do exercício de 2018 houveram apenas gastos irrelevantes com vigilância, seguro e energia. Sua movimentação está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Terrenos	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo da propriedade para investimento	22.892	25.204	3.934	52.030
Depreciação acumulada	-	(1.246)	(76)	(1.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>22.892</u>	<u>23.958</u>	<u>3.858</u>	<u>50.708</u>
Depreciações	-	(479)	(421)	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>22.892</u>	<u>23.479</u>	<u>3.437</u>	<u>49.808</u>
Custo da propriedade para investimento	22.892	25.204	3.934	52.030
Depreciação acumulada	-	(1.725)	(497)	(2.222)
Valor residual	<u>22.892</u>	<u>23.479</u>	<u>3.437</u>	<u>49.808</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	10,9	

13 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	18.074	108.479	65.991	3.431	4.639	2.475	175	6.307	209.571
Adições	-	1.898	24.584	344	2.491	147	-	954	30.418
Baixas	-	(17.352)	(7.314)	(390)	(58)	(596)	-	(3)	(25.713)
Transferências	-	908	1.185	-	-	-	-	(2.093)	-
Depreciações	-	(3.648)	(11.167)	(692)	(2.044)	(408)	-	-	(17.959)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>18.074</u>	<u>90.285</u>	<u>73.279</u>	<u>2.693</u>	<u>5.028</u>	<u>1.618</u>	<u>175</u>	<u>5.165</u>	<u>196.317</u>
Custo do imobilizado	18.074	164.794	206.864	8.802	21.109	5.879	175	5.165	430.862
Depreciação acumulada	-	(74.509)	(133.585)	(6.109)	(16.081)	(4.261)	-	-	(234.545)
Valor residual	<u>18.074</u>	<u>90.285</u>	<u>73.279</u>	<u>2.693</u>	<u>5.028</u>	<u>1.618</u>	<u>175</u>	<u>5.165</u>	<u>196.317</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.074	90.285	73.279	2.693	5.028	1.618	175	5.165	196.317
Adições	7	20.563	62.769	769	1.935	694	-	4.982	91.719
Baixas	-	(2.269)	(1.097)	(73)	(36)	(131)	-	(3.017)	(6.623)
Transferências	-	516	(1.515)	-	-	-	-	999	-
Depreciações	-	(3.181)	(15.578)	(568)	(1.836)	(332)	-	-	(21.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>18.081</u>	<u>105.914</u>	<u>117.858</u>	<u>2.821</u>	<u>5.091</u>	<u>1.849</u>	<u>175</u>	<u>8.129</u>	<u>259.918</u>
Custo do imobilizado	18.081	183.552	264.352	9.363	22.160	6.258	175	8.129	512.070
Depreciação acumulada	-	(77.638)	(146.494)	(6.542)	(17.069)	(4.409)	-	-	(252.152)
Valor residual	<u>18.081</u>	<u>105.914</u>	<u>117.858</u>	<u>2.821</u>	<u>5.091</u>	<u>1.849</u>	<u>175</u>	<u>8.129</u>	<u>259.918</u>
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.648	358.711	237.948	9.497	6.056	9.231	3.084	21.094	708.269
Efeito cambial	139	937	1.647	159	-	120	69	-	3.071
Adições	4.068	3.963	35.195	720	2.542	1.304	637	4.036	52.465
Baixas	-	(17.389)	(9.706)	(509)	(62)	(3.920)	(164)	-	(31.750)
Transferências	(6.348)	11.173	4.342	(133)	-	(132)	20	(8.922)	-
Reclassificado para propriedade para investimento	-	-	(1.767)	-	-	-	-	-	(1.767)
Depreciações	-	(9.684)	(25.862)	(1.440)	(2.371)	(1.772)	(804)	-	(41.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	60.507	347.711	241.797	8.294	6.165	4.831	2.842	16.208	688.355
Custo do imobilizado	60.507	457.539	554.733	23.059	24.480	15.009	17.313	16.208	1.168.848
Depreciação acumulada	-	(109.828)	(312.936)	(14.765)	(18.315)	(10.178)	(14.471)	-	(480.493)
Valor residual	60.507	347.711	241.797	8.294	6.165	4.831	2.842	16.208	688.355
Saldos em 31 de dezembro de 2017	60.507	347.711	241.797	8.294	6.165	4.831	2.842	16.208	688.355
Efeito cambial	13	120	2.584	100	4	130	398	64	3.413
Adições	137	24.573	85.032	1.320	2.316	2.034	7.503	34.020	156.935
Baixas	-	(1.780)	(3.261)	(241)	(83)	(1.711)	(2.557)	(10.786)	(20.419)
Transferências	-	4.367	(2.909)	31	784	1.248	(746)	(2.775)	-
Depreciações	-	(9.794)	(41.708)	(1.482)	(2.425)	(893)	(1.249)	-	(57.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	60.657	365.197	281.535	8.022	6.761	5.639	6.191	36.731	770.733
Custo do imobilizado	60.657	484.294	631.827	23.914	29.894	16.124	19.672	42.493	1.308.875
Depreciação acumulada	-	(119.097)	(350.292)	(15.892)	(23.133)	(10.485)	(13.481)	(5.762)	(538.142)
Valor residual	60.657	365.197	281.535	8.022	6.761	5.639	6.191	36.731	770.733
Taxas anuais de depreciação - %		1,7	8,2	9,1	15,3	12,9			

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) Garantia

Em 31 de dezembro de 2018, propriedades com valor contábil residual de R\$ 38.494 (R\$44.464 em 31 de dezembro de 2017) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

14 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	<i>Softwares</i>	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	4.006	25	4.031
Adições	678	13	691
Amortizações	(1.341)	(7)	(1.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.343</u>	<u>31</u>	<u>3.374</u>
Custo do intangível	50.896	351	51.247
Amortização acumulada	(47.553)	(320)	(47.873)
Valor residual	<u>3.343</u>	<u>31</u>	<u>3.374</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.343	31	3.374
Adições	3.676	288	3.964
Baixas	(3)	-	(3)
Amortizações	(1.510)	(9)	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>5.506</u>	<u>310</u>	<u>5.816</u>
Custo do intangível	54.557	639	55.196
Amortização acumulada	(49.051)	(329)	(49.380)
Valor residual	<u>5.506</u>	<u>310</u>	<u>5.816</u>
Taxas anuais de amortização - %	18,8	10,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	<i>Softwares</i>	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	8.839	970	7.748	1.243	215.889	234.689
Efeito cambial	38	-	721	-	12.690	13.449
Adições	1.290	33	118	379	-	1.820
Baixas	-	-	-	-	(25.618)	(25.618)
Transferências	309	-	-	(309)	-	-
Amortizações	(2.910)	(7)	(443)	(139)	-	(3.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.566</u>	<u>996</u>	<u>8.144</u>	<u>1.174</u>	<u>202.961</u>	<u>220.841</u>
Custo do intangível	68.141	1.316	29.556	1.939	202.961	303.913
Amortização acumulada	(60.575)	(320)	(21.412)	(765)	-	(83.072)
Valor residual	<u>7.566</u>	<u>996</u>	<u>8.144</u>	<u>1.174</u>	<u>202.961</u>	<u>220.841</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.566	996	8.144	1.174	202.961	220.841
Efeito cambial	315	-	478	-	9.368	10.161
Adições	4.120	303	-	385	-	4.808
Baixas	(5)	-	-	-	-	(5)
Amortizações	(2.969)	(12)	-	(273)	-	(3.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>9.027</u>	<u>1.287</u>	<u>8.622</u>	<u>1.286</u>	<u>212.329</u>	<u>232.551</u>
Custo do intangível	72.999	1.645	31.261	2.870	212.329	321.104
Amortização acumulada	(63.972)	(358)	(22.639)	(1.584)	-	(88.553)
Valor residual	<u>9.027</u>	<u>1.287</u>	<u>8.622</u>	<u>1.286</u>	<u>212.329</u>	<u>232.551</u>
Taxas anuais de amortização - %	18,8	10,0	25,0	20,0		

Composição do ágio:

Composição do ágio:					Ágios
	<u>Loma</u>	<u>San Marino</u>	<u>New Flyer</u>	<u>Pologren</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	30.451	30.739	49.416	92.355	202.961
Efeito cambial	-	-	3.955	5.413	9.368
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.451	30.739	53.371	97.768	212.329

(c) **Teste de ágio para verificação de *impairment***(i) **Ágio do empreendimento controlado em conjunto – Loma**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Loma no montante de R\$ 30.451. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes: (i) margem bruta de 21,51%, (ii) taxa de crescimento de 16,16% a.a., (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 34,30% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõem a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(ii) **Ágio da controlada direta – San Marino**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na San Marino no montante de R\$ 30.739. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, e foram efetuadas por um período de cinco anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes: (i) margem bruta de 15,89%, (ii) taxa de crescimento de 4,24% a.a., e (iii) taxa de desconto calculada depois dos impostos de 9,15% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. Os cenários alternativos não resultariam em necessidade de *impairment*.

(iii) **Ágio da controlada indireta – Pologren**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Pologren no montante de R\$ 97.768. As projeções para estabelecer o valor recuperável foram elaboradas de acordo com o valor em uso, considerando a projeção no período de 5 anos e na perpetuidade. As principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2018 foram as seguintes: (i) margem bruta de 17,29%, (ii) taxa de crescimento de 2,24% a.a., e (iii) taxa de desconto de 7,21% a.a., e consideraram a experiência passada da administração, assim como as expectativas de crescimento do segmento de atuação da Companhia. O valor recuperável foi comparado com o saldo contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise e aplicação das premissas descritas sobre os fluxos de caixa descontados para determinar a necessidade de redução ao valor recuperável do ágio, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa. A Companhia projetou os seguintes cenários de sensibilidade: (i) margem bruta 1% inferior e superior, (ii) taxa de crescimento 1% inferior e superior, e (iii) taxa de desconto 1% inferior e superior. No cenário de 1% inferior, a Companhia teria reconhecido *impairment* de R\$ 19.789.

(iv) **Ágio da coligada indireta – New Flyer**

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na New Flyer no montante de R\$ 53.371. A New Flyer é uma companhia de capital aberto, tendo suas ações (sob a sigla NFI) negociadas na bolsa de valores do Canadá. O valor recuperável foi calculado pelo valor justo (nível 1), considerando a cotação das ações da coligada indireta em 31 de dezembro de 2018 (34,04 dólares canadenses), comparado com o valor contábil (na época de aquisição 10,50 dólares canadenses). O valor recuperável foi comparado com contábil dos ativos que compõe a UGC e, como resultado desta análise, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de *impairment* para esta Unidade Geradora de Caixa.

15 Partes relacionadas

(a) **Saldos e transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Saldos passivos por mútuo e conta-corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/serviços	Compras de produtos/serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Apolo	-	-	-	984	-	7.168	-	-
Ciferal	144	-	9.400	245	61.827	874	4	-
GB Polo	2.894	-	10.475	-	183	-	45	-
Kamaz	597	-	-	-	-	-	8	-
Ilmot	632	-	-	-	-	-	47	-
Loma	9.770	-	2.247	-	15.245	-	-	-
Mac	-	-	2.574	-	1.646	11.346	-	-
Masa	-	-	27.874	85	57.539	-	-	-
MBC	-	-	12	-	13	-	-	-
Moneo	3	-	-	-	-	-	-	-
MP Middle East	-	-	425	-	405	-	-	-
Polomex	-	-	36.692	-	71.041	-	-	-
San Marino	-	-	52.554	1.660	82.858	14.244	1	2
Valeo	-	-	-	9.985	-	126.175	-	-
Superpolo	-	-	16.095	-	27.411	-	-	-
TMML	-	-	10.519	-	12.388	-	-	-
Trading	-	-	563	-	74.297	-	-	-
Volare Veículos	13	-	16.602	387	25.537	492	2	-
Volare Comércio	1	-	343	26	3.067	2.506	-	-
Volgren	-	-	-	-	8	-	-	-
WSul	-	-	-	8.475	-	49.007	-	-
Saldo em 2018	<u>14.054</u>	<u>-</u>	<u>186.375</u>	<u>21.847</u>	<u>433.465</u>	<u>211.812</u>	<u>107</u>	<u>2</u>
Saldo em 2017	<u>14.616</u>	<u>18</u>	<u>74.759</u>	<u>14.191</u>	<u>253.518</u>	<u>140.922</u>	<u>1.591</u>	<u>3</u>

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) **Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

2018

	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.719	5.391	103	632	14.845
Diretores não estatutários	5.922	5.179	201	336	11.638
	<u>14.641</u>	<u>10.570</u>	<u>304</u>	<u>968</u>	<u>26.483</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram exercidas as opções de compra de 381.325 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 3,33 por ação com um desconto de R\$ 0,83 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 250.802 ações ao valor de R\$ 2,65 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

2017

	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	7.987	5.331	90	127	13.535
Diretores não estatutários	10.281	2.292	152	225	12.950
	<u>18.268</u>	<u>7.623</u>	<u>242</u>	<u>352</u>	<u>26.485</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram exercidas as opções de compra de 55.555 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,70 por ação com um desconto de R\$ 0,17 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo. Também foi exercida a transferência de 129.129 ações ao valor de R\$ 2,65 conforme Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas.

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Moeda nacional						
FINAME	5,84	2019 a 2023	8.254	11.763	21.000	28.442
Empréstimos bancários	6,39	2019	3	618	225	19.747
Depósitos interfinanceiros	11,81	2022	-	-	391	499
FINEP	5,02	2020 a 2024	232.706	238.653	282.084	303.009
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00	2025	-	-	114.889	132.073
Fundepar - ES	-	2024	-	-	30.000	30.000
Pré-embarque especial (*)	-	2018	-	177.198	-	177.198
Notas de créditos exportação - Compulsório	8,20	2019	198.078	304.268	203.086	304.268
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	3,60	2019	-	-	94.472	48.011
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	4,21	2022 a 2023	300.982	228.362	300.982	230.847
Notas de créditos exportação - USD	4,97	2020 a 2023	113.989	53.478	113.989	53.478
Exim	1,93	2022	155.117	-	155.117	-
Financiamento em randes	9,90	2019 a 2022	-	-	3.363	808
Financiamento em renminbi	8,92	2019 a 2020	-	-	32.736	20.262
Financiamento em dólares australianos	3,79	2019	-	-	136.860	90.527
Financiamento em pesos chilenos	14,03	2019	-	-	49	3.993
Partes relacionadas	CDI	-	-	18	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.009.129	1.014.358	1.489.243	1.443.162
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré-fixadas	6,86	2021 a 2023	-	-	149.864	240.876
BNDES – Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,59	2024	-	-	89.344	-
BNDES – Operações Pós-fixadas	TJLP + 1,84	2021 a 2024	-	-	186.314	227.752
BNDES – Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,95	2021 a 2022	-	-	19.395	28.876
Subtotal de captações no mercado aberto			-	-	444.917	497.504
Subtotal de empréstimos e financiamentos			1.009.129	1.014.358	1.934.160	1.940.666
Instrumentos financeiros derivativos			-	986	48	2.811
Total de empréstimos e financiamentos			1.009.129	1.015.344	1.934.208	1.943.477
Passivo circulante			354.166	446.244	834.043	833.882
Passivo não circulante			654.963	569.100	1.100.165	1.109.595

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
De 13 a 24 meses	174.186	417.325	335.970	609.573
De 25 a 36 meses	121.630	47.119	235.868	174.679
De 37 a 48 meses	263.394	24.001	335.167	107.160
De 49 a 60 meses	31.727	23.587	69.162	68.487
Após 60 meses	64.026	57.068	123.998	149.696
	654.963	569.100	1.100.165	1.109.595

(a) **Empréstimos e financiamentos**

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 38.494 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 44.464 em 31 de dezembro de 2017).

(b) **Captações no mercado aberto**

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	2018	2017	2018	2017
De 1 a 12 meses	196.549	207.188	174.720	183.442
De 13 a 24 meses	141.400	160.003	128.041	144.253
De 25 a 36 meses	89.855	104.304	83.429	96.151
Após 36 meses	61.332	77.463	58.727	73.658
	<u>489.136</u>	<u>548.958</u>	<u>444.917</u>	<u>497.504</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

(c) **Conciliação da dívida**

	Consolidado			
	Empréstimos bancários	Derivativos	Captações Mercado Aberto	Total
Dívida em 31 de dezembro de 2017	1.442.663	2.811	498.003	1.943.477
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(101.227)	(2.763)	(86.202)	(190.192)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Juros apropriados e variações cambiais	147.416	-	33.507	180.923
Dívida em 31 de dezembro de 2018	<u>1.488.852</u>	<u>48</u>	<u>445.308</u>	<u>1.934.208</u>

17 **Provisões**

(a) **Contingências passivas**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

		Controladora			
		2018		2017	
Natureza		Provável	Possível	Provável	Possível
Cível		964	22.508	964	20.978
Trabalhista		42.617	58.155	28.949	47.791
Tributário		16.407	236.490	21.809	276.081
		<u>59.988</u>	<u>317.153</u>	<u>51.722</u>	<u>344.850</u>
		Consolidado			
		2018		2017	
Natureza		Provável	Possível	Provável	Possível
Cível		2.619	22.950	4.883	21.420
Trabalhista		55.159	69.899	37.026	51.240
Tributário		19.931	294.422	22.861	332.034
		<u>77.709</u>	<u>387.271</u>	<u>64.770</u>	<u>404.694</u>
		Controladora		Consolidado	
Depósitos judiciais		2018	2017	2018	2017
Cível		2.361	1.102	3.132	4.762
Trabalhista		20.660	14.948	25.574	18.318
Tributário		16.407	2.315	27.477	11.071
		<u>39.428</u>	<u>18.365</u>	<u>56.183</u>	<u>34.151</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
REINTEGRA – apropriação de crédito (i)		621	592	621	592
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii)		6.922	12.757	6.922	12.757
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)		5.682	5.350	5.682	5.350
Outras contingências		<u>3.182</u>	<u>3.110</u>	<u>6.706</u>	<u>4.162</u>
		<u>16.407</u>	<u>21.809</u>	<u>19.931</u>	<u>22.861</u>

- (i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012.
- (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.
- (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

• **Não provisionadas**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	7.537	7.317	7.537	7.317
COFINS – pedido de restituição (i)	22.355	21.475	22.355	21.475
PIS, COFINS – crédito	8.858	8.490	8.858	8.490
PIS – compensações (ii)	14.910	14.264	14.910	14.264
IPI – crédito	1.763	1.776	1.763	1.776
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.955	2.881	2.955	2.881
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iii)	17.650	16.970	17.650	16.970
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (iv)	30.064	28.845	30.064	28.845
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	1.089	1.015	1.089	1.015
IRPJ e CSLL – lucros do exterior (v)	58.875	90.230	58.875	90.230
DCP – Atualização monetária (vi)	28.067	26.669	28.067	26.669
REINTEGRA – Compensação (vii)	15.899	15.269	15.899	15.269
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (viii)	-	-	36.881	35.237
ICMS – documentos fiscais inidôneos (ix)	-	15.527	-	15.527
ISS - serviços tomados de terceiros	6.141	5.852	6.141	5.852
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.693	4.504	4.693	4.504
Outras contingências de menor valor	15.634	14.997	36.685	35.713
	<u>236.490</u>	<u>276.081</u>	<u>294.422</u>	<u>332.034</u>

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

(ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.

(iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do

Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	2018		2017	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	15.057	14.187	14.376	13.546
Previdenciário	-	3.098	-	2.958
	<u>15.057</u>	<u>17.285</u>	<u>14.376</u>	<u>16.504</u>

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

A Companhia possui demandas judiciais pleiteando o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (tema que está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal através do Recurso Extraordinário nº 574.706). Tendo em vista que não há decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, a Companhia e as suas controladas ainda não mensuraram os valores que poderão impactar as suas demonstrações financeiras e suas divulgações.

(ii) Contingências previdenciárias

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

18 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), San Marino, Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2018 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 10.796 (R\$ 10.368 em 2017). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de

responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(277.155)	(249.931)	(280.358)	(252.744)
Valor justo dos ativos do plano	308.557	283.394	312.115	286.575
Superávit não sujeito a reembolso ou redução nas contribuições futuras	<u>(31.402)</u>	<u>(33.463)</u>	<u>(31.757)</u>	<u>(33.831)</u>
Passivo a ser reconhecido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foi contabilizado em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano	7.603	7.801	7.669	7.880
Perdas (ganhos) atuariais	(7.603)	(7.801)	(7.669)	(7.880)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em 1º de janeiro	283.394	256.669	286.575	259.524
Contribuição dos patrocinadores	7.603	7.801	7.669	7.880
Contribuição dos empregados	141	175	142	175
Benefícios pagos	(12.882)	(13.115)	(12.991)	(13.224)
Retorno esperado dos ativos do plano	<u>30.301</u>	<u>31.864</u>	<u>30.720</u>	<u>32.220</u>
Em 31 de dezembro	<u>308.557</u>	<u>283.394</u>	<u>312.115</u>	<u>286.575</u>

A movimentação da obrigação atuarial nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em 1º de janeiro	249.931	244.008	252.744	246.707
(Ganhos) perdas atuariais	13.901	212	14.041	208
Custo dos serviços correntes	1.983	(7.033)	2.067	(7.093)
Custo financeiro	24.081	25.684	24.355	25.971
Contribuições dos empregados	141	175	142	175
Benefícios pagos	(12.882)	(13.115)	(12.991)	(13.224)
Em 31 de dezembro	<u>277.155</u>	<u>249.931</u>	<u>280.358</u>	<u>252.744</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos serviços correntes	1.983	(7.033)	2.067	(6.949)
Custo financeiro	(235)	(269)	(237)	(271)
Total incluído nos custos de pessoal	<u>(1.748)</u>	<u>(7.302)</u>	<u>(1.830)</u>	<u>(7.220)</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• Hipóteses econômicas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto (*)	9,12	9,93	9,93	9,93
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,12	9,93	9,93	9,93
Aumentos salariais futuros	6,50	6,75	6,50	6,75
Inflação	4,00	4,25	4,00	4,25

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 4,00% a.a. mais juros 4,92% a.a para o ano de 2018 (inflação de 4,25% a.a. mais juros de 5,45% a.a. para o ano de 2017).

• Hipóteses demográficas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tábua de mortalidade	AT 2000(*)	AT 2000(*)	AT 2000(*)	AT 2000(*)
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

• Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (9,12% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2018.

- Total	277.155
---------	---------

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2018.

		<u>Análise de Sensibilidade</u>	<u>Efeito no VPO</u>
Taxa de desconto	10,12%	1% de aumento	245.685
Taxa de desconto	8,12%	1% de redução	316.273

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo (passivo)				
Provisão para assistência técnica	26.255	17.161	33.237	19.150
Provisão para comissões	28.828	21.298	32.132	23.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.666	14.414	88.923	61.313
Provisão para participação nos resultados	42.975	25.403	45.187	25.403
Provisão para contingências	62.170	51.722	100.904	86.278
Provisão para perdas nos estoques	4.866	2.249	8.546	7.125
Provisão para serviços de terceiros	10.933	11.300	10.933	11.300
Provisão para rescisões contratuais	21.667	15.366	21.667	15.366
Estoques não realizados	6.881	4.639	6.881	4.679
Ajuste a valor presente	2.046	1.264	2.392	2.804
(Depreciação fiscal)	(29.701)	(28.983)	(29.701)	(28.983)
(Apropriação ganhos/perdas com derivativos)	(417)	758	(417)	758
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	-	44.024
Imposto de renda na fonte suspenso	6.467	-	6.467	-
Outras provisões	7.790	8.065	16.481	(1.132)
Base de cálculo	218.426	144.656	343.632	271.132
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>74.265</u>	<u>49.183</u>	<u>116.835</u>	<u>92.185</u>

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
De 13 meses em diante	<u>74.265</u>	<u>49.183</u>	<u>116.835</u>	<u>92.185</u>
	<u>74.265</u>	<u>49.183</u>	<u>116.835</u>	<u>92.185</u>

(c) **Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	188.412	83.129	209.303	92.973
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	64.060	28.264	71.163	31.611
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	209	(14.573)	-	-
Juros sobre capital próprio	(28.189)	(5.790)	(28.189)	(5.790)
Reintegra	(1.617)	4.296	(1.617)	4.296
Participação dos administradores	1.833	(1.770)	1.833	(1.770)
Preço de transferência	560	-	560	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	(7.685)	-	(7.685)	-
Programa de Desenvolvimento Industrial	(9.091)	-	(9.091)	-
IR/CS sobre resultados no Exterior	(11.602)	-	(11.602)	-
Prejuízo fiscal de empresas controladas	-	-	11.281	9.013
Efeito da adesão ao PERT (i)	-	-	-	(22.818)
Outras adições (exclusões)	(6.796)	532	(8.297)	(3.681)
	1.682	10.959	18.356	10.861
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	26.764	8.565	43.006	33.267
Diferido	(25.082)	2.394	(24.650)	(22.406)
	1.682	10.959	18.356	10.861
Alíquota efetiva - %	1	13	9	13

- (i) Os efeitos retratados nesta linha decorrem da contabilização do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados que foram utilizados para a quitação de débito tributário observando o preceito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória nº 783/2017 e regulamentado pela IN 1.748 e pela portaria PGFN nº 970/2017.

20 Patrimônio líquido

(a) **Capital social**

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 925.196.009 (925.196.009 em 31 de dezembro de 2017) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 586.570.265 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 319.693.839 (328.387.006 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) **Reservas**

(i) **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) **Reservas estatutárias**

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) **Ações em tesouraria**

Corresponde ao entesouramento de 3.977.285 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 722.516 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 3,0753 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 1.129. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 18.446. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

21 **Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 82.909 (R\$ 17.028 em 2017) sendo pagos a partir de 01 de fevereiro de 2019, na razão de R\$ 0,09 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 28.189 (R\$ 5.790 em 2017), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	186.730	72.170
Reserva legal (5%)	<u>(9.337)</u>	<u>(3.609)</u>
Base de cálculo para dividendos	177.393	68.561
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	44.348	17.140
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	<u>38.561</u>	<u>-</u>
Total de dividendos propostos pela Administração	<u>82.909</u>	<u>17.140</u>

Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	82.909	17.028
Imposto de renda na fonte (15%)	(12.436)	(2.554)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	2.665	535
Valor líquido dos juros creditados	73.138	15.009
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	73.138	15.009

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item III da Deliberação CVM nº 683/2012.

22 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

		Consolidado	
Natureza do ativo	Valor patrimonial	2018	2017
Estoques, prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	892.058	772.746
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	37.801	35.448
		929.859	808.194

23 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2018, avais e/ou fianças no montante de R\$ 10.188 (R\$ 10.493 em 31 de dezembro de 2017), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 38.494 (R\$ 44.464 em 31 de dezembro de 2017) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

24 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2018, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2018 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2019.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos e serviços vendidos	27.834	15.488	34.043	17.243
Despesas com vendas	6.474	2.808	6.590	2.871
Despesas de administração	5.176	2.378	6.997	3.264
	39.484	20.674	47.630	23.378

25 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas brutas de produtos e serviços	2.641.723	1.897.123	4.744.052	3.199.231
Impostos sobre vendas e devoluções	(318.479)	(226.129)	(546.584)	(323.238)
Receita líquida	<u>2.323.244</u>	<u>1.670.994</u>	<u>4.197.468</u>	<u>2.875.993</u>

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	1.385.344	930.890	2.654.194	1.700.980
Serviços de terceiros e outros	203.942	129.854	327.164	265.615
Remuneração direta	384.762	379.852	681.900	650.970
Remuneração dos administradores	14.134	13.118	14.134	13.118
Participação dos empregados nos lucros e resultados	39.484	20.674	47.630	23.378
Encargos de depreciações e amortizações	23.014	19.307	60.805	45.432
Despesas com previdência privada	10.268	10.199	10.796	10.368
Outras despesas	<u>86.892</u>	<u>99.486</u>	<u>169.396</u>	<u>98.339</u>
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas.	<u>2.147.840</u>	<u>1.603.380</u>	<u>3.966.019</u>	<u>2.808.200</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	6.322	1.671	7.447	5.658
Juros sobre derivativos	4.149	13.420	5.709	14.317
Rendas de aplicações financeiras	42.395	92.479	47.496	102.833
Variação cambial	31.372	87.346	98.406	112.792
Variação cambial sobre derivativos	5.990	16.715	10.688	26.098
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	<u>23.473</u>	<u>21.409</u>	<u>35.317</u>	<u>30.321</u>
	<u>113.701</u>	<u>233.040</u>	<u>205.063</u>	<u>292.019</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(67.419)	(81.025)	(86.324)	(99.034)
Juros sobre derivativos	-	(303)	(10)	(1.249)
Variação cambial	(75.105)	(91.331)	(140.675)	(112.469)
Variação cambial sobre derivativos	(23.022)	(16.112)	(43.129)	(24.950)
Despesas bancárias	(4.890)	(8.518)	(9.459)	(13.490)
Ajuste a valor presente de fornecedores	<u>(10.042)</u>	<u>(16.279)</u>	<u>(17.448)</u>	<u>(22.107)</u>
	<u>(180.478)</u>	<u>(213.568)</u>	<u>(297.045)</u>	<u>(273.299)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(66.777)</u>	<u>19.472</u>	<u>(91.982)</u>	<u>18.720</u>

28 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas	186.730	72.170
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	921.219	920.496
Lucro por ação	0,20270	0,07841

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas	186.730	72.170
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	921.219	920.496
Ajustes de:		
Exercício das opções de compra de ações	3.977	4.700
Lucro por ação	0,20183	0,07801

Balancos patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balancos patrimoniais

	<u>Consolidado</u>		<u>Industrial</u>		<u>Financeiro</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	863.467	958.759	833.839	946.698	29.628	12.061
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	89.928	187.373	89.928	187.373	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.453	445	1.453	445	-	-
Contas a receber de clientes	1.101.973	821.310	860.481	558.154	241.492	263.156
Estoques	686.821	521.364	686.821	521.364	-	-
Outras contas a receber	317.346	333.650	267.900	291.596	49.446	42.054
	<u>3.060.988</u>	<u>2.822.901</u>	<u>2.740.422</u>	<u>2.505.630</u>	<u>320.566</u>	<u>317.271</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	13.260	14.118	13.260	14.118	-	-
Contas a receber de clientes	360.862	428.773	16.645	15.673	344.217	413.100
Outras contas a receber	176.675	129.553	162.328	118.560	14.347	10.993
Investimentos	482.827	377.003	482.827	377.003	-	-
Propriedades para investimentos	49.808	50.708	49.808	50.708	-	-
Imobilizado	770.733	688.355	770.486	688.105	247	250
Ágio e intangível	232.551	220.841	231.959	220.417	592	424
	<u>2.086.716</u>	<u>1.909.351</u>	<u>1.727.313</u>	<u>1.484.584</u>	<u>359.403</u>	<u>424.767</u>
Total do ativo	<u>5.147.704</u>	<u>4.732.252</u>	<u>4.467.735</u>	<u>3.990.214</u>	<u>679.969</u>	<u>742.038</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	418.247	366.399	418.037	366.399	210	-
Empréstimos e financiamentos	833.995	831.071	658.884	647.130	175.111	183.941
Instrumentos financeiros derivativos	48	2.811	48	2.811	-	-
Outras contas a pagar	576.137	418.985	570.841	408.619	5.296	10.366
	<u>1.828.427</u>	<u>1.619.266</u>	<u>1.647.810</u>	<u>1.424.959</u>	<u>180.617</u>	<u>194.307</u>
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.100.165	1.109.595	829.968	795.533	270.197	314.062
Outras contas a pagar	84.481	74.779	81.140	74.779	3.341	-
	<u>1.184.646</u>	<u>1.184.374</u>	<u>911.108</u>	<u>870.312</u>	<u>273.538</u>	<u>314.062</u>
Participação dos acionistas não controladores	<u>29.012</u>	<u>29.843</u>	<u>29.012</u>	<u>29.843</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>2.105.619</u>	<u>1.898.769</u>	<u>1.879.805</u>	<u>1.665.100</u>	<u>225.814</u>	<u>233.669</u>
Total do passivo	<u>5.147.704</u>	<u>4.732.252</u>	<u>4.467.735</u>	<u>3.990.214</u>	<u>679.969</u>	<u>742.038</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Operações						
Receita líquida de vendas e serviços	4.197.468	2.875.993	4.155.112	2.840.440	42.356	35.553
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.533.152)	(2.472.347)	(3.533.152)	(2.472.347)	-	-
Lucro bruto	664.316	403.646	621.960	368.093	42.356	35.553
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(251.055)	(168.734)	(214.964)	(154.905)	(36.091)	(13.829)
Despesas administrativas	(181.812)	(167.119)	(162.335)	(151.033)	(19.477)	(16.086)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(25.235)	(80.397)	(26.573)	(80.014)	1.338	(383)
Resultado de equivalência patrimonial	95.071	86.857	95.071	86.857	-	-
Lucro operacional	301.285	74.253	313.159	68.998	(11.874)	5.255
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	205.063	292.019	205.063	292.019	-	-
Despesas financeiras	(297.045)	(273.299)	(297.045)	(273.299)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	209.303	92.973	221.177	87.718	(11.874)	5.255
Imposto de renda e contribuição social	(18.356)	(10.861)	(21.709)	(8.407)	3.353	(2.454)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>190.947</u>	<u>82.112</u>	<u>199.468</u>	<u>79.311</u>	<u>(8.521)</u>	<u>2.801</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	190.947	82.112	199.468	79.311	(8.521)	2.801
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	60.805	45.432	60.521	45.166	284	266
Ganho (perda) na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis	18.888	33.359	18.836	33.350	52	9
Baixa de imobilizado por sinistro	-	24.485	-	24.485	-	-
Equivalência patrimonial	(95.071)	(86.857)	(95.071)	(86.857)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.338	32.127	20.563	16.138	17.775	15.989
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18.357	10.860	21.710	8.406	(3.353)	2.454
Juros e variações apropriados	170.789	120.100	137.282	82.958	33.507	37.142
Participações dos não controladores	4.217	9.942	4.217	9.942	-	-
Variações nos ativos e passivos						
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(241.982)	108.090	(314.754)	5.511	72.772	102.579
Redução em títulos e valores mobiliários	97.295	49.849	97.295	49.849	-	-
(Aumento) nos estoques	(147.951)	(40.364)	(147.951)	(40.364)	-	-
(Aumento) redução em outras contas a receber	(26.120)	(109.024)	(15.374)	(112.416)	(10.746)	3.392
Aumento em fornecedores	39.836	109.725	39.626	109.725	210	-
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	139.889	(61.635)	137.636	(62.749)	2.253	1.114
Caixa gerado pelas atividades operacionais	268.237	328.201	164.004	162.455	104.233	165.746
Impostos sobre o lucro pagos	(43.006)	(33.267)	(43.043)	(28.043)	37	(5.224)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	225.231	294.934	120.961	134.412	104.270	160.522
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	-	(10.369)	-	(10.369)	-	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	47.433	16.366	47.433	16.366	-	-
Adições de imobilizado	(156.935)	(52.465)	(156.789)	(52.435)	(146)	(30)
Adições de intangível	(4.808)	(1.827)	(4.453)	(1.621)	(355)	(206)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	1.536	1.291	1.536	1.291	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(112.774)	(47.004)	(112.273)	(46.768)	(501)	(236)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	2.222	665	2.222	665	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	997.911	567.914	845.798	425.699	152.113	142.215
Pagamento de empréstimos - principal	(1.101.813)	(937.213)	(893.571)	(638.035)	(208.242)	(299.178)
Pagamento de empréstimos - juros	(86.289)	(118.600)	(56.216)	(83.094)	(30.073)	(35.506)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(33.890)	(17.140)	(33.890)	(16.475)	-	(665)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(221.859)	(504.374)	(135.657)	(311.240)	(86.202)	(193.134)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	14.110	5.744	14.110	5.744	-	-

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(95.292)	(250.700)	(112.859)	(217.852)	17.567	(32.848)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	958.759	1.209.459	946.698	1.164.550	12.061	44.909
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	863.467	958.759	833.839	946.698	29.628	12.061

31 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	Consolidado	
	2018	2017
Brasil	3.276.426	2.086.033
África	125.667	87.967
Austrália	484.375	325.078
China	68.662	65.909
Emirados Árabes	330	-
Peru	-	1.029
México	242.008	309.977
	4.197.468	2.875.993

(b) Ativo imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	Consolidado	
	2018	2017
Brasil	772.638	713.282
África	14.229	13.920
Austrália	133.043	112.321
Canadá	53.371	49.416
China	10.302	3.675
México	19.630	16.523
Uruguai	69	59
Emirados Árabes	2	-
	1.003.284	909.196

* * *